

ASPECTOS CONTRIBUTIVOS DO MANUAL DO LIVRO DIDÁTICO DO PNLA/2008 NA FORMAÇÃO DO ALFABETIZADOR DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

SONIA HARACEMIV (UFPR), ANA MARIA SOEK (UFPR/ POSITIVO).

Resumo

Com o objetivo de analisar as perspectivas de trabalho pedagógico apresentadas nos manuais dos livros didáticos inscritos no PNLA/2008, a pesquisa visou identificar os elementos teóricos, didáticos e metodológicos que pudessem de alguma forma contribuir na ação docente e na formação inicial e/ou continuada do alfabetizador do Programa Brasil Alfabetizado. Para tanto foi necessário primeiro contextualizar o uso de materiais didáticos nos principais Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, caracterizando também o Programa Brasil Alfabetizado bem como o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos. Em seguida buscou-se identificar os critérios recomendados no Edital do PLNA/2008 para elaboração do manual do alfabetizador, para assim selecionar dentre os manuais avaliados pelo programa a amostragem de pesquisa. A análise dos manuais baseou-se em parecer descritivo elaborado pela pesquisadora. A metodologia de pesquisa nesse sentido pautou-se na possibilidade de identificar, analisar, comparar e avaliar as perspectivas de trabalho pedagógico apresentados nos manuais. Buscou-se aporte de fundamentação nas contribuições dos teóricos como Paulo Freire, no que tange a Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, e nos estudos de Lajolo (1996), Munakata (1999 e 2002), Molina (1987), Freitag, Motta e Costa (1989) entre outras referências que discutem a questão dos livros didáticos e a formação docente. A preocupação nesse sentido não foi somente em identificar informações ou conceitos, mas fundamentalmente a explicitação que a ação alfabetizadora requer. Assim, as questões que nortearam o estudo pautaram-se em função de caracterizar a natureza do trabalho pedagógico previsto nas orientações e encaminhamentos de um manual didático, analisando a fundamentação teórico-metodológica em que se baseia, bem como a estrutura didática (planejamento, tempo, objetivos, estratégias de ensino e recursos didáticos) entre outros subsídios para aperfeiçoamento do trabalho docente.

Palavras-chave:

Alfabetização de Jovens e Adultos; , Material Didático de EJA, Formação inicial e continuada de Alfabetizadores.

A escola tem sido entendida como principal agência de instrução formal e como espaço privilegiado para construção e socialização do conhecimento. Estudos demonstram que a ausência da educação escolar representa uma lacuna tanto para o indivíduo como para a sociedade. Nesse sentido, a alfabetização é o requisito mínimo, constituindo-se em uma poderosa ferramenta para a transformação social e para inclusão dos sujeitos na chamada "sociedade do conhecimento".

Atualmente, nas sociedades letradas, as informações são facilmente difundidas graças as mais variadas tecnologias. Contudo, somente o acesso à informação não é garantia de construção do conhecimento. Pode-se ter acesso hoje a uma infinidade de informações sobre determinado assunto, porém, para se apropriar do seu conteúdo, convertendo-o em conhecimento pessoal, que é intransferível, será imprescindível a reelaboração dessa informação, e isso só se faz mediante acesso ao conhecimento letrado e à função que esse exerce na sociedade.

No Brasil, vive-se o desafio de universalizar a Educação Básica, assegurando que ela tenha um padrão de qualidade que efetivamente permita aos educandos inserção social como cidadãos do mundo globalizado. Contudo, o direito à Educação Básica ainda não foi garantido a todos os brasileiros. Dados do IBGE/2000, referentes à escolarização do povo brasileiro, demonstram que ainda há mais de 15 milhões de analfabetos. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2007/2008, mostra que no Brasil ainda há cerca de 10% da população com mais de 15 anos não é alfabetizada.

Esses dados são alarmantes, principalmente quando se pensa a alfabetização como um direito e que, portanto, deveria ser garantida a todo cidadão.

Na tentativa de reduzir os índices do analfabetismo, foi criado em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que visa promover a alfabetização de jovens e adultos, em parceria com governos estaduais e municipais, entidades da sociedade civil organizada e instituições de Ensino Superior.

Em decorrência de sucessivas avaliações desse programa, em que foi apontada à escassez de recursos didáticos, aliada a pouca formação do alfabetizador como comprometedores para qualidade no processo de alfabetização de jovens e adultos, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA/2008) realizando pela primeira vez na história do país uma avaliação sistemática de livros didáticos voltados a esta modalidade educativa.

No edital para seleção dos livros didáticos do PNLA/2008 são apresentados critérios referentes ao livro do alfabetizando e ao manual do alfabetizador na intenção de que esse venha a subsidiar o trabalho pedagógico de alfabetização, contribuindo inclusive para a formação continuada do alfabetizador. De acordo com o edital, é indispensável que as obras didáticas, a serem inscritas no programa "apresentem a fundamentação teórica e metodológica em que se baseia, com clareza nas concepções e coerência entre a fundamentação teórica e metodológica explicitada e aquela de fato concretizada pela proposta pedagógica do material" (BRASIL, 2008: 15).

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho de pesquisa consistiu em analisar as perspectivas de trabalho pedagógico apresentadas nos manuais do livro didático do PNLA/2008 identificando os elementos teóricos, didáticos e metodológicos que de alguma forma pudessem vir a contribuir na formação inicial e/ou continuada do alfabetizador do Programa Brasil Alfabetizado.

Para tanto, além da análise dos critérios do edital do PNLA/2008 e dos documentos norteadores do Programa Brasil Alfabetizado foram analisados alguns manuais dos livros didáticos do referido programa. Assim, buscou-se as contribuições dos teóricos, como Paulo Freire, no que tange a Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, e nos estudos de Lajolo (1996), Munakata (1999 e 2002), Molina (1987), Freitag, Motta e Costa (1989) entre outras referências que discutam a questão dos livros didáticos e a formação docente para subsidiar o estudo.

De acordo com a Proposta Curricular do Ministério da Educação para a Educação de Jovens e Adultos

(...) entre os diferentes recursos, o livro didático é um dos materiais que mais forte influencia a prática de ensino brasileira (...) tal recurso desempenha um

papel muito importante no processo de ensino e aprendizagem, desde que se tenha clareza das possibilidades e dos limites que ele apresenta e de como pode ser inserido numa proposta global de trabalho (BRASIL, 2002: 139 -140).

Os livros didáticos podem desempenhar diferentes papéis dependendo do uso que se faça. Pelo viés tradicional, quando usado de modo ortodoxo, pode servir de freio para mudanças, restringindo-se ao uso do livro como constituinte de todos os saberes. Se, ao contrário, oferecer diversas possibilidades de uso, com orientações metodológicas e informações que auxiliem o professor na organização do trabalho pedagógico, ele pode apresentar importantes aspectos para a inovação pedagógica. Até porque, muitas vezes é o único livro que grande parte dos alfabetizados tem acesso. Já para o alfabetizador, o livro didático de alfabetização pode representar um importante instrumento de apoio pedagógico, por isso, é imprescindível que o manual do alfabetizador sirva, então, de suporte no encaminhamento do trabalho pedagógico em alfabetização.

As pesquisas sobre livros didáticos, no Brasil e no exterior, apresentam uma evolução no sentido de compreender este artefato cultural em sua complexidade. De acordo com Bittencourt (2004), após os anos 80 as pesquisas caracterizam-se pela adição de perspectivas históricas e concentram o foco das investigações em questões relacionadas aos processos de mudança e estabilidade de conteúdos no livro didático, bem como a sua própria permanência como suporte preferencial de comunicação dos saberes escolar, ou seja, estudos que privilegiavam a análise de conteúdo dos textos em termos dos valores e ideologias, por eles veiculados, foram sendo complementados por análises que relacionam estes aspectos às políticas públicas e aos aspectos da produção do livro didático.

Vários autores caracterizam o livro didático como "um mal necessário". Se por um lado ele é carregado de incoerências, por outro lado não há como negar a sua importância na escola brasileira. Essa importância é atestada por fatores como o debate em torno da função dos livros didáticos na democratização dos saberes socialmente produzidos, pela polêmica acerca do seu papel como estruturador da atividade docente por intermédio do currículo, como também aos interesses econômicos em torno da sua produção e comercialização, e investimentos de governos na aquisição e distribuição desses materiais (MOLINA, 1987).

A educação é por natureza contraditória, afirma Álvaro Vieira Pinto (2005, p. 25) em *Sete lições sobre Educação de Jovens e Adultos*. Os livros didáticos por se inserirem intrinsecamente com o processo educacional, são igualmente complexos e contraditórios. Por si só, eles não cumprem o propósito da aprendizagem, necessariamente, devem estar relacionados a um contexto, a professores e alunos. Em se tratando de alfabetização de jovens e adultos, os livros didáticos possuem maior relevância, já que esses sujeitos são aqueles que ainda não sabem ler, ou seja, os que buscam nos programas de alfabetização, no livro didático e nas explicações do alfabetizador, elementos que auxiliem no processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Aliás, é muito interessante observar que geralmente o "livro didático é usado e não propriamente lido em situações de ensino e aprendizagem" (LAJOLO, 1996:13). Aí reside o que de fundamental deve conter um manual do alfabetizador: subsídios que possam auxiliar no uso sistemático dos livros didáticos no processo de

alfabetização, com orientações e encaminhamentos pedagógicos que contribuam para a promoção da aprendizagem da leitura e da escrita.

O livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares (LAJOLO, 1996: 05).

Dessa forma, no universo de livros didáticos coexistem diversos interesses políticos e ideológicos de diversas ordens: social, econômica e cultural. Portanto, plausível de diversas inquietações e problemáticas que merecem nossa atenção e servem de objeto de investigação.

Sobre o livro didático para Educação de Jovens e Adultos, é importante enfatizar que "a necessidade desse tipo de material é imperiosa, pois, além de atender a grupos de baixo poder aquisitivo, normalmente os professores não têm nenhuma formação específica para trabalhar com esse alunado" (VÓVIO, 2001: 125). A mesma autora afirma que a maioria dos professores dos programas de alfabetização não lidou, em sua formação inicial, com disciplinas voltadas ao atendimento das especificidades do processo de aprendizagem e de alfabetização de jovens e adultos.

É importante ressaltar, como afirma Haracemiv (2002), que os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos não exigem formação pedagógica dos alfabetizadores, o necessário é que o alfabetizador seja da comunidade, assim em muitos casos é possível encontrar pessoas atuando na alfabetização de jovens e adultos, com apenas o Ensino Fundamental, ou seja, sem formação pedagógica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos reforçam a necessidade de formação específica

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (BRASIL, DCNs, 2000: 56)

Em contrapartida, o que se vê nos programas de alfabetização de jovens e adultos, é bem diferente: alfabetizadores despreparados para o exercício da atividade docente, mal remunerados, sem vínculos com os Programas. O Relatório do Inep (2000) aponta para a existência de quase 190 mil professores atuando na educação básica de jovens e adultos (40% dos quais não têm formação superior), aos quais se somam alguns milhares de voluntários engajados em projetos de alfabetização no meio popular. Em ambos os casos, esses educadores (a esmagadora maioria de mulheres) têm uma formação inicial insuficiente, que vem sendo complementada em programas continuados de formação em serviço.

Tendo consciência da complexidade do processo de alfabetização e após as análises dos dados de pesquisa, considera-se que, dada a complexidade envolvida no processo de formação de alfabetizadores, essa tarefa não se resolve com um bom guia didático, ou seja, é necessário bons cursos de formação pedagógica para dar conta disso. Sabe-se que os programas de alfabetização de jovens e adultos trabalham com alfabetizadores populares, que em geral não se exige nem a formação mínima para atuar nesses programas, necessário seria então rever a função desses programas, desenvolvendo-os na intenção de torná-los políticas eficientes na luta pela qualidade na alfabetização da população.

Por isso, além dos subsídios didáticos metodológicos do processo de alfabetização é importante que o manual do alfabetizador ofereça informações sobre o universo dos alunos jovens e adultos a serem alfabetizados. Na alfabetização de jovens e adultos essas informações são relevantes, dada a averiguação de que grande parte dos alfabetizadores possui pouca experiência com esse público, e também são considerados na maioria alfabetizadores leigos, ou seja, não possuem formação docente e dentre os que possuem uma habilitação ou licenciatura não tiveram formação específica para essa modalidade educativa.

Considerações Finais

Analisando os manuais didáticos verificou-se que os mesmos apresentavam uma cópia do livro do alfabetizando com respostas das atividades propostas, acrescido de orientações metodológicas pontuais e mais algumas páginas em que é descrito aspectos teóricos ou a proposta pedagógica do livro didático. Percebeu que em geral, os manuais de livros didáticos apresentam características bastante comuns nas formas de organização e aspectos visuais, o que os diferenciais são as abordagens teóricas adotadas.

Nos manuais analisados percebeu-se algum avanço do conceito de alfabetização quando se refere também ao uso social, e as perspectivas de letramento. Essa concepção foi se tornando mais complexa, passando a incorporar o domínio da língua falada e escrita em um contexto social, assim como a dimensão cultural. No entanto, averiguou-se que os manuais não explicam claramente o encaminhamento metodológico para práticas de letramento. Em um dos manuais observou-se o uso de alfabetização e letramento como se fosse sinônimo, o que pode vir a confundir o alfabetizador. Cabe ressaltar que o tema "letramento" ainda é polêmico, e que a falta de uma abordagem clara e precisa, torna mais complexa a ação alfabetizadora.

Quanto aos "elementos didáticos" dos manuais, percebeu-se que as orientações didáticas são descritas como procedimentos sem relacioná-las com os pressupostos

teóricos. Identificou-se que em parte, ainda é muito grande a confusão estabelecida entre teorias que procuram explicar o processo de aprendizagem e métodos que se propõem a ensinar. Foi encontrado diferentes menções sobre o método de alfabetização, mas apenas um manual apresenta ao alfabetizador fundamentos teóricos, porém não elucida como o alfabetizando aprende. Ainda mais em se tratando de jovens e adultos, visto que, as teorias de aprendizagem têm em geral como foco de estudos na criança.

Quanto aos métodos, estes surgem como receitas infalíveis, trazendo em si a garantia da aprendizagem. É preciso ter claro que no ato educativo, a questão do método é um dos elementos que compõem o processo de ensino.

É fato que as questões relativas ao ensino têm sido exploradas com mais ênfase do que as relativas a aprendizagem, considerando-se que a aprendizagem é mecânica, isto é, automática: basta ensinar que o educando automaticamente aprenderá. No entanto, a vida mostra que nem tudo o que se ensina é automaticamente aprendido, e nem tudo o que se aprende na vida, foi ensinado na escola.

(...) o educador libertador tem que estar atento para o fato de que a transformação não é só uma questão de métodos e técnicas. Se a educação libertadora fosse somente uma questão de métodos, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras mais modernas. Mas esse não é o problema. A questão é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade. (FREIRE, 1996: 48)

Para além dessa abordagem, cabe ressaltar a necessidade de que a compreensão do processo de alfabetização se suceda num processo de formação ampla dos alfabetizadores, a partir da reflexão e diálogo, se deve repensar a prática cotidiana, como também se desenvolver a habilidade crítica, de modo a promover mudanças, numa visão libertadora de educação, quando alfabetizar tem um significado muito mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social (FREIRE, 1991).

A alma da formação básica e permanente é aprender a aprender, isto é, aprender a pensar, aprender a fazer para aprender a ser professor (NÓVOA, 1992: 61).

A partir das considerações explicitadas, neste trabalho há de se concordar com Marcuschi (2001: 141), ao assegurar que o manual tem o objetivo "de contribuir com instrumentos que permitam aos professores um melhor desempenho do seu papel profissional no processo de ensino-aprendizagem". Assim, foi possível perceber que o manual do alfabetizador diferencia-se e torna-se importante no meio educacional, por conter elementos que auxiliam quem ensina e quem aprende, revelando saberes e práticas, mas a formação do alfabetizador é muito mais ampla, exige tempo e políticas eficientes num plano de formação inicial e continuada.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Apresentação da seção Em foco: História, produção e memória do livro didático.** Educação e Pesquisa, set./dez. 2004, v.30, n.3, p.471-473.

BRASIL. **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais.** Rio de Janeiro: *IBGE, 2000.*

_____. **Brasil Alfabetizado: experiências de avaliação dos parceiros.** Organização: Jorge Luiz Teles, Mônica de Castro Mariano Carneiro. - Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

_____. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no guia de livros didáticos para a alfabetização de jovens e adultos - PNLA/2008.**

_____. **IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD), 2008.**

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB Nº 9.394/96.** Brasília - 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Guia PNLA:** Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 01/2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série : introdução /** Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 14ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1991.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, V. F. **O livro didático em questão.** São Paulo: Cortez, 1989.

HARACEMIV, S. M. C. **Documento de avaliação dos Livros Didáticos do Estado do Paraná.** 2008.

_____. **O Professor e o Programa de EJA de Curitiba: repensando o que é afirmado, negado e sugerido.** Tese de doutorado. PUC - São Paulo, 2002. 181 fls

KLEIMAN, Â. B. **Os significados do letramento: Uma nova perspectiva sobre as práticas social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LAJOLO, M. (org). **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Em Aberto, Brasília, v. 16, n 69, jan./mar. 1996.

MARCUSCHI, L. A. **Oralidade e escrita**. In: ENCONTRO FRANCO-BRASILEIRO DE ENSINO DE LÍNGUA, 2. Natal/RN, outubro/ 1995. Conferência de abertura... Natal: EDFURN, 1995.

MOLINA, O. Quem Engana Quem? Professor x Livro Didático. Campinas: Papyrus, 1987.

MUNAKATA, K. **Livro Didático: Produção e Leituras**. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

NÓVOA, A. (org.) **As Organizações Escolares em Análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

PINTO, A. V. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez, 9ª Ed. 2005.

VÓVIO, Cláudia Lemos, **Textos narrativos orais e escritos produzidos por jovens e adultos em processo de alfabetização**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: (Dissertação de mestrado), 2001.